

# Senado <sup>Federal</sup> autoriza estados a gastar mais

NELSON TORREÃO

BRASÍLIA — Asfixiados pela política de juros altos, os governadores e os prefeitos de grandes capitais como São Paulo têm conseguido no Senado aprovação para rolar integralmente suas dívidas em títulos, contra as recomendações do Banco Central. A cooperação dos senadores permite a estados e municípios escapar à disciplina fiscal que o Governo federal tenta lhes impor, obrigando-os a reduzir seus gastos e resgatar parte de suas dívidas.

O resultado é que a dívida mobiliária estadual e municipal cresceu mais de 45% nos primeiros onze meses do Real, apesar da proibição constitucional de emissão de novos títulos até o ano 2000. No caso do Rio Grande do Sul, segundo o governador Antônio Britto, a rolagem está gerando US\$ 150



Britto: mais US\$ 5 milhões por noite

milhões de dívida nova por mês, ou seja, a dívida cresce US\$ 5 milhões por noite.

Por isso, os governadores se mobilizam para buscar soluções definitivas para o problema da dívida.

“ A gente fica em dívida se está recebendo um favor ou uma dose de veneno. ”

Antônio Britto

Está em discussão com o ministério da Fazenda uma sugestão de Minas Gerais de criar um fundo com esse fim. Os estados dariam garantias reais, como ações de empresas estatais, e seriam autoriza-

dos a captar no exterior recursos a taxas de juros menores e prazos mais longos, para rolar a dívida.

— Toda vez que alguém autoriza os estados a contrair empréstimos com essa taxa de juros, a gente fica em dívida se está recebendo um favor ou uma dose de veneno. O problema não está na forma nem no limite da rolagem. Nenhum estado brasileiro conseguirá gerar excedente de receita para enfrentar o pagamento dos juros — diz Antônio Britto.

O curioso é que a autorização para refinarçar a totalidade dessa dívida tem sido aprovada pelos senadores contra os limites instituídos em legislação do próprio Senado. A porta para a rolagem integral foi escancarada no segundo semestre do ano passado, e desde então, aprovam-se novas exceções, com a justificativa de aplicar o mesmo critério para todos.